

Como ter um empresariado nacional

Roberto Mangabeira Unger

Pergunte a qualquer grande empresário brasileiro como vai o empresariado nacional. Em geral, responderá, constrangido, que quase não existe mais.

Muitos já venderam suas empresas a estrangeiros ou se preparam para fazê-lo. Trocaram ou trocarão produção por dinheiro. Quem cansa ou malogra como produtor pode viver de renda com os juros altos que só o governo pode pagar.

Entretanto, segundo um estudo que acaba de ser publicado pelo Banco Mundial, o Brasil é hoje o país campeão em características que medem o vigor da cultura empresarial, como a porcentagem de pessoas com empreendimento próprio. Uma nação de empreendedores cujos maiores empresários estão vendendo os negócios a estrangeiros e virando "rentiers"?

Não há um único caso na história contemporânea de um país que tenha conseguido enriquecer e democratizar oportunidades econômicas e educativas sem contar com grandes empresas nacionais. A razão profunda está na conjunção de três exigências do desenvolvimento que a presença de tais empresas ajuda a atender: escala de produção, autonomia para elaborar estratégias nacionais e fortalecimento da capacidade de combinar concorrência e cooperação, dentro e fora do sistema produtivo. Da arte de competir e cooperar, em todas as escalas, surgem as riquezas e as disposições que permitem cuidar do social. E da permanência de grandes empresas em mãos nacionais resulta maior poder de tomar no Brasil decisões que convenham ao Brasil.

A desnacionalização da nossa economia não é fatalidade da globalização e da abertura econômica. É consequência de um rumo errado. Há seis condições básicas para consolidar grandes empresas nacionais que nos ajudem a retomar e a reorientar o desenvolvimento brasileiro.

A primeira condição é diminuir nossa dependência de recursos externos, aprendendo a mobilizar nossa poupança para o financiamento da nossa produção. A segunda condição é substituir, nas grandes empresas, o nepotismo pela meritocracia e os caprichos do controlador pelo respeito a quem trabalha ou investe. A terceira condição é superar a escolha entre o modelo americano de um Estado que se limita a regular as empresas a distância e o modelo do nordeste asiático de um plano estratégico acertado entre burocratas e empresários. Políticas industriais e comerciais, sim, porém, submetidas a regras e a critérios de desempenho. Pluralistas, participativas e experimentais. E subordinadas ao princípio de que todo incentivo público se legitima pela ampliação do acesso ao crédito, ao conhecimento, à tecnologia e aos mercados. A quarta condição é negociar com as multinacionais os termos de sua atuação no país, para que elas

servam de escolas e parceiras, não apenas de postos para reproduzir aqui os produtos atrasados que deixaram de fabricar alhures. A quinta condição é aprofundar nosso potencial tecnológico de ponta e torná-lo acessível a muitos. Temos de formar uma elite científica e tecnológica que nos ajude a substituir o hábito da cópia pela prática da inovação. A sexta condição é fechar a porta: quem vai à falência deve ficar pobre, não rico, e viver de trabalhar e produzir deve ser mais vantajoso do que viver de renda.

Nada de radical nos métodos. Tudo transformador nos efeitos. O Brasil precisa de um grande empresariado nacional. E o grande empresariado brasileiro precisa de um Estado atuante e de um Brasil inconformado e resistente.

Roberto Mangabeira Unger escreve às terças-feiras nesta coluna.